

# **PROGRAMAS DE FORMAÇÃO CONTINUADA EM PRÁTICAS INCLUSIVAS NO BRASIL: UMA REVISÃO BIBLIOGRÁFICA**

**Maria da Conceição Ferreira de Freitas**

Secretaria de Estado da Educação, do Esporte e do Lazer – SEEC/RN  
ceicinha.f123@gmail.com

**Rosineide Terezinha Bezerra de Miranda**

Secretaria de Estado da Educação, do Esporte e do Lazer – SEEC/RN  
rosineideteresinha59@gmail.com

## **Introdução**

O referido trabalho aborda os programas de formação continuada em práticas inclusivas no Brasil. O objetivo desse estudo é fazer uma revisão bibliográfica analisando os programas de formação continuada voltada para práticas inclusivas. Identificar os principais programas, suas metodologias e impactos relatados na literatura. Sobre o que os teóricos estão estudando com relação a essa temática.

Este estudo é de suma importância no contexto atual, ao qual estamos inseridos, onde estas ferramentas são essenciais para as práticas dos professores com competências necessárias para atender as necessidades dos alunos, de modo que todos tenham as mesmas oportunidades de aprendizagem. Esse trabalho adota uma abordagem qualitativa que se configura como a mais adequada para a análise de compreensão dos programas de formação continuada no Brasil. Essa análise é ideal para investigar como os programas de formação continuada em práticas inclusiva impactam a prática docente e as políticas educacionais, assim como identificar os desafios e as oportunidades para a melhoria desses programas.

A estratégia metodológica utilizada neste estudo é a pesquisa bibliográfica, que se caracteriza por um levantamento e análise crítica de fontes já publicadas sobre o tema: os programas de formação continuada em práticas inclusivas no Brasil. Permitindo um estudo do tema, sistematizando o conhecimento existente a partir de uma seleção criteriosa de textos acadêmicos, artigos, dissertações, teses e documentos oficiais que discutem a formação de professores voltada para práticas inclusivas no Brasil.

## **Desenvolvimento**

### *a) Formação continuada de professores no Brasil*

A formação continuada de professores é um processo indispensável para o aprimoramento da educação e o desenvolvimento profissional dos docentes, buscando garantir que esses profissionais se atualizem, aprofundem seus conhecimentos e ampliem suas habilidades ao longo de sua carreira. Ao longo do tempo, a formação continuada se tornou um compromisso permanente para que o professor esteja sempre preparado para lidar com as mudanças metodológicas e tecnológicas que impactam o cenário educacional, possibilitando, assim, um ensino de qualidade.

A formação contínua ultrapassa o simples aprimoramento técnico e de habilidades específicas. Conforme destacado por Pimenta (2002), ela tem um papel essencial no desenvolvimento crítico e reflexivo dos professores, estimulando sua autonomia e capacidade de tomar decisões pedagógicas fundamentadas. Dessa forma, essa prática contribui para que os educadores se alinhem de forma mais eficaz às demandas da educação contemporânea, promovendo uma prática docente mais consciente e adaptada às novas realidades do ensino, favorecendo a criatividade e o pensamento crítico tanto no professor quanto no aluno. Tardif (2014), define a formação continuada como um processo essencial para a atualização e aprimoramento das competências dos professores ao longo de sua carreira.

Nesses casos, professores mais experientes orientam colegas iniciantes, o que facilita a troca de experiências e o aprendizado colaborativo, conforme enfatizado por Vygotsky (1984). A interação social e o diálogo entre os professores desempenham um papel fundamental nesse processo de formação, pois favorecem a construção coletiva de saberes. A participação em eventos acadêmicos — como seminários, congressos e encontros pedagógicos — também é um componente importante da formação continuada, oferecem a oportunidade para os professores se atualizarem sobre novas tendências educacionais e práticas pedagógicas, ao mesmo tempo que propiciam espaços para debates e troca de experiências entre profissionais da educação.

Nos tempos atuais, a formação continuada também se dá por meio do uso de tecnologias digitais. Presenciais, a distância (EAD) e híbridos — cada um com suas vantagens e desafios.

## *b) Políticas inclusivas no Brasil*

A inclusão escolar no Brasil é uma política fundamental para garantir que estudantes com deficiência, transtornos do desenvolvimento e necessidades educacionais especiais tenham acesso ao ensino regular e possam participar de forma plena no ambiente educacional. Esse movimento está alinhado com os princípios de direitos humanos, buscando assegurar a igualdade de oportunidades e a eliminação de barreiras sociais e educacionais. Quando se fala em inclusão escolar está amparada por uma série de normas, legislações e diretrizes que buscam promover a educação para todos.

Constituição Federal de 1988: A Constituição Brasileira é um marco importante, pois em seu artigo 208, inciso III, ela assegura que o ensino fundamental é “obrigatório e gratuito, inclusive para os que a ele não tiveram acesso na idade própria”, abrangendo a educação para pessoas com deficiência. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) - 1996: A LDB (Lei nº 9.394/96) estabelece em seus artigos a obrigatoriedade de incluir alunos com deficiência no ensino regular. Ela prevê que os sistemas de ensino devem garantir a inclusão por meio de atendimento especializado. Lei Brasileira de Inclusão (LBI) - 2015: A Lei nº 13.146/2015 estabelece a acessibilidade e a participação plena das pessoas com deficiência em todos os aspectos da sociedade, incluindo a educação. Ela trata da educação como um direito e propõe ajustes razoáveis para que a inclusão seja efetiva, como a adaptação de materiais pedagógicos, formação de profissionais e utilização de tecnologias assistivas. Plano Nacional de Educação (PNE): Em seu planejamento, o PNE reforça a educação inclusiva, propondo metas de universalização do atendimento educacional especializado e de acessibilidade no sistema de ensino, em todos os níveis.

As políticas de inclusão escolar no Brasil refletem o compromisso do Estado com a democratização do ensino, buscando garantir a igualdade de oportunidades para todos os estudantes, sem discriminação. Elas têm como base os direitos humanos e a acessibilidade universal, o que inclui a adaptação dos currículos, a utilização de recursos pedagógicos adequados e a formação de professores. Apesar dos avanços significativos, ainda existem desafios a serem enfrentados para a plena implementação dessas políticas em todas as escolas do país.

Mantoan (2003), defende que a educação inclusiva no Brasil deve ser implementada por meio de um processo gradual e contínuo, que envolve a transformação das práticas pedagógicas e a adaptação do currículo.

### **Conclusões**

No desenvolvimento profissional de professores, a formação continuada tem caráter estratégico no sentido de que, com ela, esse tipo de profissionais pode acompanhar as mudanças metodológicas, tecnológicas e sociais. Ela também incentiva a reflexão crítica, o compartilhamento de experiências e a adoção de práticas pedagógicas inovadoras que são adaptadas aos estudantes e à realidade contemporânea.

Os marcos legais como a Constituição de 1988, a LDB, a LBI e o PNE refletem políticas inclusivas adotadas pelo Estado do Brasil e suas manifestações de democratização da educação e de igualdade de oportunidades em suas trajetórias. No entanto, a inclusão nas escolas é muito mais do que leis e políticas: não acontecerá sem mudanças fundamentais na formação pedagógica dos professores e nas instalações escolares. O sucesso nesse tipo de instrução depende de fazer modificações adequadas no currículo, colaborar com material didático multimodal, usar tecnologias assistivas adequadas e treinar o pessoal para gerenciar a diversidade.

Segundo autores como Mantoan e Vygotsky, uma abordagem inclusiva deve se basear na interação social, em atividades rotineiras colaborativas e na atenção à assistência educacional. Essa visão enfatiza que inclusão não é apenas sobre acesso, mas também sobre permanência e desenvolvimento pleno, o que permite que todos os alunos aprendam e interajam na medida em que escolhem, em um ambiente acolhedor e respeitoso, independentemente de suas características.

Assim, a formação permanente de professores e as políticas afirmativas devem ser compreendidas como componentes complementares de uma educação de qualidade que valoriza a diversidade e contribui para a construção de uma sociedade mais justa e igualitária. Essas três medidas de práticas inclusivas e fortalecimento da formação de professores são etapas básicas para superar os desafios existentes e promover a educação como um direito para todos.

## Principais Referências

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Art. 208, inciso III. Disponível em: [www.planalto.gov.br](http://www.planalto.gov.br). Acesso em: 9 jan. 2025.

BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em: [www.planalto.gov.br](http://www.planalto.gov.br). Acesso em: 9 jan. 2025.

BRASIL. **Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014**. Aprova o Plano Nacional de Educação - PNE, e dá outras providências. Disponível em: [www.planalto.gov.br](http://www.planalto.gov.br). Acesso em: 9 jan. 2025.

MANTOAN, M. T. E. (2003). *A inclusão escolar: O que é? Por quê? Como fazer?*. Moderna.

PIMENTA, S. G. (2002). Pimenta, S. G. (2002). **Formação de professores e desenvolvimento profissional: A relação com a prática docente**. São Paulo: Cortez Editora.

TARDIF, Maurice. **Saberes docentes e Formação Profissional**. Petrópolis: Vozes, 2014.

VYGOTSKY, L. S. (1978). **Mind in Society: The Development of Higher Psychological Processes**. Harvard University Press.